



MY WORLD.
PESQUISA GLOBAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
POR UM MUNDO MELHOR.



Consulta Pública em Portugal sobre a Implementação Local da Agenda de Desenvolvimento Global Pós-2015

RELATÓRIO FINAL

- Sumário Executivo
- Descrição
- Participação
- Processo/Metodologia
- Resultados e Recomendações
- Conclusões
- Anexos



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
1. DESCRIÇÃO – A CONSULTA PÚBLICA EM PORTUGAL.....	3
PARTICIPAÇÃO	7
2. REGISTO DOS PROCEDIMENTOS	9
2.1. <i>Processo/Metodologia</i>	9
2.2. <i>Resultados essenciais do processo de consulta</i>	10
a. Obstáculos/Desafios à implementação da Agenda.....	11
b. Instrumentos e mecanismos facilitadores da implementação local da Agenda...	13
c. Implementação, Monitorização e Responsabilização.....	15
d. Recomendações e Boas Práticas.....	19
CONCLUSÕES.....	22
ANEXOS.....	25

SUMÁRIO EXECUTIVO

Entre 23 de maio de 2014 e 7 de julho de 2014 foi levada a cabo uma consulta pública em Portugal sobre a implementação local da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Esta consulta foi organizada por um grupo de Organizações de Sociedade Civil (OSC)¹ e pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, que é responsável pela coordenação da posição portuguesa sobre a Agenda Pós-2015, contando ainda com o apoio do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC). A consulta foi composta por **seis workshops** regionais em diferentes cidades em todo o país (incluindo uma das regiões autónomas), um **questionário online** e um **evento final nacional**, realizado a 7 de julho, coincidindo com o lançamento mundial do relatório de 2014 sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A Consulta foi ainda complementada e ampliada através de um **programa** na rádio nacional (Antena 1).

¹ Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; CNJ – Conselho Nacional de Juventude; Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local; PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; e Plataforma Portuguesa das ONGD.

Um total de **433** pessoas – cidadãos individuais, membros de ONG, representantes de municípios e de empresas – participou no processo de consulta. Em geral, os participantes manifestaram a sua satisfação por estarem a ser chamados a contribuir, e por a comunidade internacional estar agora a tentar adoptar uma abordagem *bottom-up*, ao contrário do que aconteceu com a agenda dos ODM.

A comunicação clara da Agenda, a integração da Agenda e do conceito de desenvolvimento sustentável nos *curricula* escolares, o reforço de governo local e das redes sociais locais foram aspectos identificados como fundamentais para uma implementação local bem-sucedida da Agenda. Para além disso, as redes da sociedade civil propuseram e voluntariaram-se para ser agentes ativos na implementação e no acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da Agenda.

A grande maioria dos participantes também destacou que a Agenda Pós-2015 deve ser ancorada nos Direitos Humanos, salientando a importância de garantir a responsabilização legal para a implementação, ainda que tal implique alterações legislativas a nível nacional e do direito internacional. Com um período de tempo mais alargado teria sido possível envolver mais pessoas na consulta. O interesse de cidadãos individuais foi bastante grande, sendo as temáticas em causa assunto que lhes é próximo, como ficou patente durante o programa de rádio. Um ouvinte felicitou a estação de rádio por levar este assunto ao programa. Outro ouvinte afirmou que "esta é uma boa Agenda para construir uma sociedade mais solidária e menos egoísta. O desenvolvimento sustentável deve ser uma meta para todos."

A Consulta em números...

- **Um total de 140 pessoas assistiu e participou nos workshops e no evento final nacional**
- **Um total de 293 pessoas respondeu ao inquérito online, das quais 13% em representação de municípios**
- **Estima-se que o programa na rádio nacional sobre a implementação local da Agenda tenha chegado a cerca de 100. 000 pessoas**

1. DESCRIÇÃO – A CONSULTA PÚBLICA EM PORTUGAL

Respondendo a um desafio lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Fevereiro de 2014 no âmbito da “Consulta sobre a Implementação Local da Agenda Pós-2015”, co-liderada PNUD e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), em nome do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG), e a Global Taskforce of Local and Regional Governments for the Post-2015 Agenda towards HABITAT III (Global Task Force/Grupo Mundial de Trabalho), um grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC) portuguesa – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR); Conselho Nacional de Juventude (CNJ); Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM); Plataforma Portuguesa das ONGD – e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.), formaram uma Comissão para organizar uma consulta pública em Portugal sobre a "Implementação Local da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015". O processo contou com o apoio do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC).

Entre Abril e Julho de 2014, a Comissão Organizadora reuniu várias vezes para preparar as atividades, o conceito e estratégias de acção da consulta. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) não integrou a Comissão Organizadora, mas ofereceu apoio à consulta pública, nomeadamente através da circulação de informações sobre a consulta entre os seus membros e encorajando-os a responder ao inquérito.

Calendário dos Momentos de Consulta

Data	Local
27 de Maio	Lisboa
27 de Maio	Lisboa
3 de Junho	Porto (Norte)
5 de Junho	Évora (Sul)
17 de Junho	Coimbra (Centro)
20 de Junho	Funchal (Região Autónoma da Madeira)
7 de Julho	Lisboa

A consulta em Portugal consistiu em seis workshops regionais e um evento final nacional. A consulta presencial foi complementada com um questionário online, que esteve acessível entre 23 de Maio e 7 de Julho de 2014. Um total de 293 pessoas respondeu ao questionário.

Os workshops foram realizados em Maio e Junho em cinco cidades diferentes: Lisboa (2 workshops), Porto, Évora, Coimbra e Funchal. Estes diálogos locais pretenderam alcançar uma representação geográfica adequada do país, num esforço claro para descentralizar e de "localizar" o processo para chegar às partes interessadas que são, muitas vezes, deixados de fora. Já com o processo de consulta a decorrer e depois de dois workshops, a Comissão Organizadora recebeu uma proposta de um grupo de escoteiros na ilha da Madeira (Associação de Escoteiros de Portugal – Região da Madeira) para organizar um workshop no Funchal. A acrescentar a estas sessões, um dos membros da Comissão Organizadora – a Plataforma Portuguesa das ONGD – organizou também uma consulta interna sobre a Agenda Pós-2015 às suas associadas.

A Comissão Organizadora decidiu limitar a participação nos workshops a 25 participantes cada, de modo a permitir uma consulta mais aprofundada. Os participantes foram convidados diretamente, selecionados a partir de uma lista de partes interessadas elaborada pela Comissão, e/ou inscritos online ou através da página de Facebook da Consulta.

A lista de partes interessadas consideradas relevantes para as sessões incluiu:

- Câmaras Municipais e agrupamentos de municípios
- Juntas de Freguesia
- Empresas e associações empresariais
- Organizações da Sociedade Civil
- Academia
- Sindicatos e associações profissionais

Os workshops destinaram-se a recolher os contributos das partes interessadas de diferentes esferas da sociedade em relação à implementação local da Agenda pós-2015, nomeadamente: (i) identificar os desafios locais à implementação da agenda; (ii) definir as funções específicas que cada tipo de organização deverá desempenhar na implementação (sociedade civil, autarquias, instituições governamentais, sector privado, etc.); (iii) identificar possíveis mecanismos e processos que devem ser criados ou adoptados para garantir uma abordagem integrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) e (iv) identificar mecanismos de monitorização e responsabilização que devem ser criados ou adaptados para garantir que os países cumpram os objectivos da Agenda Pós-2015.

Esta Consulta teve um alcance nacional através do questionário online, divulgado nas redes sociais, e do evento final que se realizou em Lisboa a 7 de Julho. O evento final contou com a participação de mais de 80 pessoas, incluindo representantes de várias organizações da sociedade civil, membros de partidos políticos, ministérios, grupos sindicais, municípios, academia e organizações internacionais representadas em Lisboa, entre outros. A lista de oradores do evento incluiu dois funcionários do PNUD, um representante da Direcção-Geral de Desenvolvimento e Cooperação (EuropeAid) da Comissão Europeia, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em representação do governo português, a Presidente de Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Vereador da Câmara de Lisboa para as Relações Internacionais (ver programa completo e lista de participantes em anexo). Um dos principais objectivos do evento final foi a apresentação pública e a discussão dos resultados dos seis workshops. A apresentação não incluiu os resultados do questionário online.

Acrescentando aos métodos de consulta anteriormente mencionados, a rádio pública – RDP Antena 1 – dedicou no dia 7 de Julho uma edição do seu mais conhecido programa de debate público (com ouvintes a participar em tempo real por telefone) à Consulta Pública. O programa "Antena Aberta" é ouvido em média por mais de 100.000 pessoas. Para além disso, houve um esforço para chegar aos meios de comunicação social com vista a envolver na consulta jornalistas sénior e directores. Um grupo de 10 editores e directores de órgãos de comunicação social foi convidado para uma reunião no dia 4 de Junho, na qual estiveram presentes o vice-director e o editor de ambiente de dois importantes jornais diários: o Diário de Notícias e o Público, respectivamente.

Em termos de cobertura mediática, a Consulta Pública foi mencionada em alguns meios de comunicação de alcance nacional, incluindo televisão, rádio, jornais e media online:

- Notícia sobre a Consulta publicada em vários websites: TVI24, 23.05.14 [\[link\]](#)
- Peça televisiva sobre a Consulta Pública: Telejornal da Madeira, RTP Madeira, 20.06.14 [\[link\]](#)
- Artigo de opinião sobre a Consulta Pública escrito pelo Camões, IP: Diário de Notícias, 09.06.14 [\[link\]](#)
- Programa de Rádio: Antena Aberta, Antena 1, 07.07.14 [\[link\]](#).

Houve ainda notícias e artigos produzidos pelos vários membros da Comissão Organizadora que foram divulgados nos seus websites e noutras plataformas online.

A presença nas redes sociais – através da **página de Facebook** criada em meados de Maio – permitiu chegar a um vasto público, registando um alcance total médio de 1580 pessoas por semana e um alcance orgânico semanal médio de 325 pessoas. A Consulta Pública foi também divulgada nos websites e páginas nas redes sociais dos membros da Comissão Organizadora.

PARTICIPAÇÃO

No total, **60 pessoas participaram** nos 6 workshops, um número que ficou aquém do que inicialmente se esperava. No entanto, os participantes mostraram um nível técnico consideravelmente elevado e uma grande diversidade de contextos. O grupo de participantes incluiu representantes de ONG nacionais e internacionais, academia, sector privado, autoridades locais, organizações de juventude, associações LGBT e outras organizações sem fins lucrativos, como cooperativas e associações de desenvolvimento local. A localização dos workshops contou com uma distribuição diversificada – três workshops decorreram em instalações de associações ou plataformas da economia social (CASES em Lisboa e Cooperativa do Povo Português no Porto), dois nas instalações de instituições relacionadas com as autoridades locais (CIMAC, comunidade intermunicipal com sede em Évora e Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, no Funchal) e um numa instituição de ensino superior (Universidade de Coimbra).

A falta de resposta de muitas das organizações que foram contactadas directamente pode ter sido causada por dois factores principais: tal como acontece com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a Agenda Pós-2015 ainda é percebida por muitas organizações como um problema do sector da cooperação para o desenvolvimento e, portanto, não é vista como prioridade por muitas delas; por outro lado, a falta de respostas pode ter sido agravada pelo calendário apertado com que trabalhou a Comissão Organizadora. Houve uma clara dificuldade em mobilizar as pessoas, uma vez que, mesmo entre as que se inscreveram para os workshops, apenas metade apareceram para participar nas sessões, apesar dos avisos enviados no dia antes de cada sessão.

O **questionário online** esteve acessível desde o dia 23 de Maio até ao dia do evento final (7 de Julho). O questionário foi disseminado via e-mail para escolas e universidades de todo o país, centros de investigação, bibliotecas públicas, centros de documentação, juntas de freguesia, organizações da sociedade civil e municípios, contando ainda com o valioso apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP). O questionário foi também amplamente divulgado em websites e

nas redes sociais. Os resultados do questionário online foram semelhantes aos principais contributos recebidos nos workshops, como se descreve seguidamente.

De um total de 293 pessoas que responderam ao questionário, 59.79% escolheu fazê-lo a título individual. 16% das respostas vieram de membros de ONG e 13% de municípios. Apenas 1.75% das respostas registadas foram do sector privado, verificando-se uma percentagem semelhante de respostas por parte de funcionários/departamentos do governo central.

As pessoas que responderam ao inquérito são provenientes de diversas regiões do país, embora um número significativo seja das áreas de grande Lisboa e grande Porto. A grande maioria dos inquiridos (67.36%) tem idades compreendidas entre os 15 e 49 anos e a maioria das pessoas que responderam ao inquérito é composta por mulheres (62.37%).

Evento da Consulta	Total de Participantes	Local
Workshop em Lisboa (27/05)	16	Lisboa
Workshop em Lisboa (27/05)	15	Lisboa
Workshop no Porto (03/06)	12	Porto (Norte)
Workshop em Évora (05/06)	11	Évora (Sul)
Workshop em Coimbra (17/06)	8	Coimbra (Centro)
Workshop no Funchal (Região Autónoma da Madeira) (20/06)	8	Funchal (RA Madeira)
Evento Nacional em Lisboa (07/07)	80	Lisboa
Questionário Online (Maio-Julho)	293	Online (cobertura nacional)
Programa de Rádio	4 participantes em directo via telefone + nº desconhecido de ouvintes (audiência média normal de cerca de 100,00 ouvintes)	Rádio

2. REGISTO DOS PROCEDIMENTOS

2.1. *Processo/Metodologia*

Os workshops, com uma duração média de três horas, foram projetados pela Comissão Organizadora para funcionar como uma espécie de "*focus groups*" em formato alargado, ou de incubadoras de ideias que poderiam contribuir para o relatório nacional, pretendendo ainda ser representativos da perspectiva geral portuguesa sobre a questão da implementação local da Agenda: de que forma pode esta ser implementada a nível local e como podem os diferentes tipos de organizações que estarão envolvidas no processo contribuir para essa implementação. Por esta razão, a Comissão Organizadora elaborou uma lista de 20 a 25 entidades a incluir em cada um dos workshops, com vista a ter grupos heterogéneos que fossem representativos da estrutura social portuguesa, incluindo representantes do sector público, privado e sem fins lucrativos, bem como de grupos tradicionalmente marginalizados (tais como idosos, pessoas com deficiência, LGBT, mulheres, jovens, minorias étnicas, etc.). Representantes de cada um desses grupos foram convidados directamente para um dos seis workshops, de acordo com a localização geográfica e área temática de intervenção. Acrescendo ao convite direto e dado o baixo nível de capacidade de resposta pelas organizações que primeiro foram incluídas na lista de convites, a participação nos workshops foi também aberta a um público mais vasto, sendo divulgada em meios de comunicação social e disseminada via e-mail entre municípios, juntas de freguesia e organizações da sociedade civil das áreas circundantes dos locais onde decorreram os workshops. A Comissão Organizadora circulou também os convites para todos os workshops entre os seus próprios membros, o que originou algumas das inscrições recebidas.

Todos os workshops tiveram uma estrutura e metodologia semelhantes: 1) apresentação introdutória pelo UNRIC sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Pós-2015; 2) apresentação pelo Camões, I.P. da posição portuguesa em relação à Agenda; 3) debate, moderado por um membro da Comissão Organizadora, seguindo um conjunto de perguntas que foram previamente enviadas para os participantes, permitindo-lhes reflectir e preparar as suas contribuições e intervenções (ver perguntas em anexo). Os facilitadores tentaram garantir que todos tinham a oportunidade de falar

e definiram as regras de modo a criar uma atmosfera de *brainstorming* que fosse estimulante.

O **inquérito** foi elaborado pela Comissão Organizadora tendo em conta as diretrizes do PNUD e foi disseminado via e-mail para escolas e universidades de todo o país, centros de investigação, bibliotecas públicas, centros de documentação, juntas de freguesia, organizações e municípios, contando ainda com o valioso apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). O inquérito foi ainda amplamente divulgado em websites e redes sociais.

Quanto ao programa de rádio, tratou-se de um *call-in talk show*, com apenas uma pergunta feita aos ouvintes, moderado pelo jornalista António Jorge e com o comentário de um membro da Comissão Organizadora e da representante do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para Portugal (UNRIC). A questão colocada ao público depois de uma introdução sobre a Agenda Pós-2015 foi: "O que precisamos de mudar, de colocar no lugar, para sermos capazes de implementar com sucesso esta directiva localmente, em Portugal e no mundo?"

2.2. Resultados essenciais do processo de consulta

As conclusões do inquérito e os eventos presenciais da consulta são registados nesta secção de forma integrada e agrupados por tópico de discussão e/ou substância da recomendação. Em todas as instâncias de consulta, os participantes expressaram satisfação por estarem a ser consultados sobre a Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015. Para além disso, os participantes identificaram a falta de consulta das comunidades locais como uma das deficiências existentes no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Os participantes afirmaram também que uma das principais dificuldades registadas na implementação dos ODM (ver respostas à pergunta 6 do questionário) foi o facto de não terem sido incluídos detalhes sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos e de estes ignorarem a capacidade real para a implementação de programas e projetos.

a. Obstáculos/Desafios à implementação da Agenda

Vários obstáculos e desafios foram identificados pelos participantes em todos os workshops, muitos dos quais foram repetidamente mencionados nas diferentes instâncias de consulta, incluindo o questionário online. As dificuldades associadas à falta de comunicação e de conhecimento sobre os temas da Agenda foram frequentemente apontadas por vários participantes, que também salientaram a importância deste processo de consulta e mostraram esperança de que os seus contributos sejam efectivamente tidos em conta pelos decisores políticos na definição da Agenda.

Muitas das pessoas que responderam ao questionário referiram também a falta generalizada de conhecimento sobre este processo de consulta e alguns deles sublinharam a importância dos meios de comunicação para disseminar a mensagem, bem como a relevância da educação para o desenvolvimento e para a cidadania global para tornar estes temas mais conhecidos e mais comuns.

No entanto, a maioria dos respondentes ao questionário (**questão 16**), identificaram aspectos financeiros (68.14%), factores estruturais (64.60%) e factores institucionais (53.10%) como a principal fonte de dificuldades para a implementação da Agenda.

Em todos os workshops ficou claro que não será possível implementar a Agenda sem o envolvimento das pessoas a nível local, pelo que os baixos níveis actuais de participação cidadã foram apontados como um problema. Um dos participantes de Lisboa afirmou: "em Portugal temos uma cidadania passiva. Temos muito trabalho de campo a fazer para estimular a participação dos cidadãos e cidadãs". A falta de informação foi identificada como uma causa provável para a fraca participação e envolvimento destes, sendo apontada como outro obstáculo a uma implementação eficaz da Agenda.

De acordo com os participantes, a dificuldade em motivar e mobilizar as pessoas para agir por uma agenda de desenvolvimento comum e universal é agravada pelo sentimento de que se trata de uma Agenda da ONU que está distante da realidade nacional, quer em termos temporais quer em termos geográficos, uma vez que está

patente uma ideia generalizada de que os problemas contemplados por este tipo de enquadramento são problemas que dizem respeito exclusivamente aos países em desenvolvimento.

O uso de linguagem pouco clara e demasiado técnica foi apontado designadamente por dois jornalistas como um forte obstáculo à comunicação e, conseqüentemente, à implementação da Agenda a nível local.

Um outro aspecto muitas vezes referido como um grande desafio foi a questão dos *curricula* escolares inadequados, registando-se uma ausência das questões relacionadas com uma visão global do desenvolvimento ou da cidadania nos sistemas de educação formal. Referindo-se concretamente à situação em Portugal, alguns participantes mencionaram as restrições financeiras impostas às escolas como um claro obstáculo que impede uma maior acção ao nível da educação sobre a nova agenda de desenvolvimento.

A existência de legislação inadequada, nomeadamente no que respeita à criação de um ambiente propício para o estabelecimento e funcionamento das organizações da sociedade civil, foi mais um obstáculo identificado, bem como a pesada burocracia e a corrupção, que se considerou que poderá impedir o sucesso da implementação da Agenda no país.

Outros obstáculos apontados incluem a questão das desigualdades, como a desigualdade de género e a discriminação de grupos minoritários, alguma resistência à mudança por parte de instituições relevantes e o poder e influência dos grandes grupos económicos, cujos interesses entram por vezes em contradição com os interesses das populações. Um exemplo dessa situação foi dado pelos participantes no workshop no Funchal, onde foi mencionado o caso dos agricultores que são levados a acreditar que devem usar químicos na sua produção.

Outro desafio identificado foi a necessidade de combinar a Agenda Pós-2015 com políticas nacionais e locais existentes, questão destacada por participantes dos vários workshops, incluindo um participante da sessão de Évora, que afirmou: "ter conhecimento desta nova agenda global deixou-me ainda mais confuso do que antes! O

que vai acontecer com a 'Agenda 21 Local' que está a ser implementada por mais de 100 municípios?". Outro participante salientou que "não é suficiente fazer planos, precisamos de vontade política e honestidade".

Finalmente, referindo-se à dimensão global, alguns participantes identificaram a resistência oferecida pelos países mais poderosos como sendo um obstáculo, dando como exemplo as dificuldades que se verificam para se chegar a um acordo internacional sobre o clima. Esta foi também a opinião de alguns dos ouvintes que intervieram no programa de rádio, referindo que "alguns Estados da ONU serão os principais obstáculos à implementação da Agenda".

b. Instrumentos e mecanismos facilitadores da implementação local da Agenda

Quando questionados sobre que aspectos poderiam facilitar a implementação local da Agenda, os participantes identificaram uma série de aspectos, tanto a nível local como a nível global, que seriam cruciais para uma implementação mais eficaz, sendo estes: comunicação eficaz da Agenda, formação e transferência de tecnologia, envolvimento do sector privado e aproveitamento das redes locais existentes.

No sentido de colmatar o obstáculo que representa a falta de comunicação, apontou-se para uma comunicação eficaz da Agenda, desde uma fase inicial – evitando os erros que foram cometidos com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – como sendo uma medida positiva que poderá facilitar a sua implementação, uma vez que a informação é considerada a base para uma maior participação e apropriação da Agenda por parte de cidadãos e cidadãs. Os participantes enfatizaram a necessidade de reforçar os esforços de sensibilização entre a população em geral e junto de alguns grupos-alvo em particular, nomeadamente mulheres, migrantes e jovens, sendo estas pessoas consideradas como alguns dos mais relevantes "agentes de mudança".

Em consonância com as respostas dadas nos workshops, as pessoas que responderam ao inquérito consideraram que as abordagens participativas à tomada de decisão poderão ser ferramentas relevantes para melhorar a implementação local da Agenda Pós-2015 (**questão 15**).

Em relação a outros meios de implementação, nomeadamente a transferência de tecnologia (**questão 12**), 66.67% dos respondentes ao questionário afirmaram que esta deveria ser obrigatória, devendo ser monitorizada por um conselho científico. Relativamente à capacitação (**questão 13**), 80% dos inquiridos consideraram que esta deverá ser assegurada de forma obrigatória pelos sectores público e privado, de modo a manterem os seus funcionários preparados para agir pelo desenvolvimento sustentável.

O **envolvimento do sector privado** foi com efeito referido em todos os workshops pelos participantes, que sugeriram que, a fim de aumentar a consciencialização entre as empresas e levá-las a empenharem-se nas questões da Agenda, a disseminação da mensagem deve ser feita com base na ideia de que o desenvolvimento é um investimento (e não uma questão de caridade ou ajuda) com benefícios mútuos quer para as populações quer para as empresas privadas. Um tipo de contribuição obrigatória por parte do sector privado para a implementação da Agenda foi também sugerido como algo que poderia facilitar a participação deste, sendo que nesse caso seria necessário existir alguma forma de penalização para as entidades que não cumprissem a sua obrigação. O potencial das parcerias entre os sectores público e privado foi também mencionado como uma forma de conseguir um maior envolvimento deste último e a iniciativa do Pacto Global da ONU foi apresentada como uma boa prática que deverá ser reforçada neste contexto. Uma participante no workshop de Évora, em representação de um núcleo empresarial local, confirmou esta visão: "a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo é uma responsabilidade partilhada".

Outro aspecto facilitador identificado foi a **contribuição do sector não lucrativo**, em articulação com as autoridades locais, no sentido da sensibilização, formação e capacitação dos cidadãos e cidadãs. Este tipo de intervenção vai ao encontro da ideia mencionada por vários participantes acerca da criação de condições adequadas para incentivar a participação das pessoas, algo que beneficiaria de um ajustamento da legislação, uma vez que em alguns casos o "quadro jurídico existente pode ser um obstáculo à participação".

Os participantes consideraram que a **Agenda pós-2015 deve ser ancorada nos Direitos Humanos**, já que essa é a única forma possível de assegurar o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental. No mesmo

sentido, alguns participantes mencionaram que a nova Agenda, ao contrário dos ODM, deveria ser juridicamente vinculativa e não uma mera declaração política, podendo por exemplo constar de num tratado internacional a ser ratificado pelos Estado-Membros da ONU, com protocolos facultativos que poderiam também ser ratificados pelos Estados-Membros que desejassem voluntariamente atribuir uma maior força vinculativa aos seus compromissos relacionados com a Agenda.

Também no questionário (**pergunta 14**), a maioria das respostas (67.83%) indicou que os mecanismos já existentes de Direitos Humanos devem ser reforçados com vista a permitir a monitorização da implementação da Agenda. Outras medidas que receberam apoio significativo incluem a revisão das molduras penais para actos cometidos por motivos económicos que resultem em violações dos Direitos Humanos ou na destruição do meio ambiente.

Considerou-se que a implementação da Agenda poderia também beneficiar de uma incorporação da mesma no discurso político, passando assim a estar ligada de forma clara a políticas públicas concretas e integrada nas actividades realizadas a nível nacional e internacional. Uma abordagem multi-nível foi também identificada como necessária, sendo a coerência das políticas públicas um outro aspecto fortemente enfatizado.

Outro factor importante passaria por dar maior destaque às redes e parcerias *multi-stakeholder*, para permitir que todos possam estar envolvidos em todas as etapas do processo – do desenvolvimento à implementação, acompanhamento, monitorização e avaliação da Agenda – promovendo, assim, um sentimento geral de apropriação. Isso contribuiria também para uma mais fácil conciliação dos objectivos globais e locais de forma a adaptarem-se a diferentes realidades e a promover uma mudança geral de paradigma, abandonando a ideia actual de desenvolvimento como simples crescimento económico. Investir numa juventude mais informada e proactiva foi outro aspecto transversal mencionado em todos os workshops.

c. Implementação, Monitorização e Responsabilização

Em relação à questão de "quem deve fazer o quê", os participantes consideraram que é necessário definir claramente os papéis de cada actor envolvido no processo e os mecanismos a utilizar. Foi também sugerido que, uma vez definidos esses papéis, todos os actores devem ser chamados a reportar sobre as acções realizadas e a prestar contas em relação a estas.

Relativamente a quem deve ser responsável pela **implementação da Agenda**, registou-se nos workshops um grande consenso em torno da ideia de que Estados (nomeadamente os governos nacionais) deverão liderar o processo, fazendo os investimentos iniciais necessários e fornecendo incentivos para a acção dos cidadãos e cidadãs. As respostas ao inquérito seguiram a mesma tendência, com uma larga maioria de pessoas a afirmar que o governo deverá ser um dos principais actores responsáveis pela execução.

Relativamente às questões sobre quem deve implementar a futura agenda a nível local (**questão 8**), os governos surgem ainda em primeiro lugar em todas as áreas de intervenção, seguidos pela União Europeia. Um terço das pessoas que responderam ao inquérito atribuiu aos municípios o papel principal de implementar os futuros ODS a nível local. Em áreas como as alterações climáticas, a água, a conservação de recursos naturais ou a manutenção de sociedades pacíficas, a Organização das Nações Unidas apareceu como o segundo ou terceiro actor mais votado, entre os que devem ser responsáveis pela implementação. As organizações da sociedade civil e os cidadãos surgem respectivamente em 4º e 5º lugar como os actores mais relevantes para a implementação da Agenda na maioria das áreas abrangidas pelo questionário.

Foi incluída no questionário uma pergunta específica sobre qual seria o papel dos actores locais na implementação da Agenda (**questão 10**), relativamente à qual as respostas sublinharam a importância destes actores argumentando que estes são os que estão mais próximos das populações, estando por isso mais habilitados a conhecer os seus problemas e a propor soluções para os mesmos. Por essa razão, os actores locais foram maioritariamente considerados como parceiros essenciais que devem estar envolvidos em todas as fases do processo, em articulação com outros actores relevantes. Foi ainda mencionado em diversas respostas que, apesar do seu importante papel, os actores locais deveriam ter mais poder para que a sua potencial acção possa ser mais

eficaz na implementação da futura Agenda. Algumas respostas referiram ainda o ambiente político como uma limitação para o papel desempenhado pelas autoridades locais em particular.

Os participantes sugeriram que o **financiamento necessário** para a implementação deve provir de diferentes fontes, de modo a evitar uma excessiva dependência do financiamento estatal. As instituições internacionais poderão ser uma dessas fontes, bem como fontes de financiamento locais para projetos locais. Algumas das propostas apresentadas incluem meios como *crowdfunding* ou eventos de solidariedade social e outras sugestões para as possíveis fontes de financiamento contemplam a criação de um imposto global a ser pago por todos os cidadãos e cidadãs, tendo no entanto esta opção sido criticada por alguns participantes como sendo uma medida que levaria as pessoas a posicionar-se contra a Agenda, uma vez que tal imposto poderia ser percebido como uma carga fiscal adicional para os cidadãos e cidadãs. Para além disso, foi ainda referido que a implementação da Agenda deverá ser incluída como um dos critérios de seleção para os fundos da Comissão Europeia.

Na questão relativa às fontes de financiamento para a futura Agenda (**questão 11**), 68% dos respondentes escolheram a opção da criação de um imposto de valor acrescentado sobre bens de luxo e comércio de armas, bem como uma percentagem obrigatória do PIB de cada país destinada a financiar a Agenda. A opção que sugeria contribuições voluntárias, nomeadamente por parte dos sectores público e privado, conseguiu também um número significativo de respostas (correspondendo a cerca de 60%).

Em termos de **monitorização**, considerou-se que os cidadãos e a sociedade civil organizada deverão ter a possibilidade de monitorizar o processo, utilizando diferentes mecanismos tais como auditorias comunitárias ou um Provedor a quem possam recorrer quando sentirem que os compromissos da Agenda não estão a ser cumpridos ou respeitados por algumas decisões públicas.

Para assegurar uma correta monitorização da implementação da Agenda e consequente responsabilização, foi ainda sugerido que deverão ser definidos novos indicadores qualitativos para medir o desenvolvimento, para além dos indicadores quantitativos

atuais como o PIB. Para esse efeito, poder-se-á desenvolver estruturas como "comissões de bem-estar", de acordo com as sugestões de alguns dos participantes nos workshops.

Analisando os resultados da **questão 9** (sobre a monitorização) verificamos que os governos continuam a ser considerados um dos actores mais importantes (com uma média de mais de 60% para todas as diferentes áreas). A União Europeia, as Nações Unidas e organizações da sociedade civil foram novamente os outros actores mais votados, com as Nações Unidas a aparecer como o actor mais votado nos domínios referentes a um acordo mundial sobre o clima, à conservação dos recursos marítimos, protecção dos ecossistemas e criação instituições capazes, Estado de Direito e sociedades pacíficas.

Se a Agenda for ancorada nos Direitos Humanos, outros instrumentos sugeridos para monitorizar a sua implementação incluem avaliações periódicas como a Revisão Periódica Universal (RPU) a cada país de 4 em 4 anos, permitindo a participação de organizações da sociedade civil através de relatórios sombra sobre as questões que farão parte da Agenda. Esta opção poderia também favorecer a sugestão feita no sentido de os cidadãos e cidadãs poderem ser considerados "reguladores" e de serem formados líderes locais para esse efeito, levando assim a um maior envolvimento em atividades e organizações da sociedade civil.

Em termos de **responsabilização**, a Revisão Periódica Universal poderá também ser utilizada como um mecanismo eficaz e forte, uma vez que cada Estado tem de explicar de que forma implementou (ou não) as recomendações que lhe foram feitas (em cada RPU) pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e por outros Estados ou organizações da sociedade civil que podem participar nestes processos.

Outras sugestões incluíram sanções para aqueles que não respeitem os seus compromissos, uma maior pressão por parte de ONG e organizações da sociedade civil sobre os actores que governam e de quem se espera o respeito pelos compromissos assumidos ou, noutro contexto, um reforço positivo por meio de incentivos que poderiam encorajar maiores níveis de cumprimento. Por exemplo, o facto de Portugal ter ratificado o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, torna possível para os cidadãos portugueses utilizar os

mecanismos de denúncia que o protocolo opcional define para exercer pressão sobre o Estado, para que este respeite os seus compromissos nalgumas áreas abrangidas pela Agenda Pós-2015 que coincidam com os Direitos, Económicos, Sociais e Culturais, plasmados naquele Pacto Internacional.

Outra sugestão feita pelos participantes em vários locais foi no sentido de aproveitar as escolas como um meio para promover as questões da Agenda Pós-2015 e para garantir a sua implementação local, incluindo temas da Agenda, o Desenvolvimento Sustentável e o papel das diferentes instituições das Nações Unidas, nos *curricula* escolares desde muito cedo, uma vez que é necessário um trabalho continuado para formar cidadãos e cidadãs informados e mais predispostos a actuar sobre estas matérias.

d. Recomendações e Boas Práticas

Ao longo dos seis workshops, a análise dos participantes foi essencialmente construída em torno de quatro eixos principais que representam um desafio a vários níveis, sendo estes: (i) o compromisso dos países no sentido de trabalhar eficazmente para a implementação de uma Agenda universal; (ii) coerência das políticas (políticas integradas que podem levar à governação multi-escala); (iii) como garantir o envolvimento e a participação de todos os intervenientes nas diferentes fases do processo de implementação (planeamento, monitorização e avaliação); (iv) como garantir o financiamento adequado e independente de modo a permitir uma adequada implementação da Agenda que não seja condicionada pelos diferentes interesses dos países e outros *stakeholders*.

No âmbito das discussões sobre quem deve implementar e monitorizar a Agenda e quem deve prestar contas, os participantes deram exemplos específicos de realidades actuais e sugeriram mecanismos e instrumentos que poderão ser criados ou adaptados de forma a garantir uma aplicação adequada da Agenda. Registou-se um forte destaque atribuído ao facto de as estruturas existentes deverem ser utilizadas e melhoradas antes de se pensar em criar novas estruturas. Um exemplo de tais estruturas existentes frequentemente invocado foi o das "Redes Sociais" – redes de agentes locais a nível municipal que incluem normalmente as autoridades locais, ONG locais e entidades

públicas/privadas, com vista a contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão e promover o desenvolvimento social a nível local.

Estes *fora*, que existem desde o final dos anos 90, permitem a criação de Conselhos Locais de Acção Social e de outras comissões que funcionam como plataformas para o planeamento e coordenação da intervenção social a nível local. Tais estruturas poderão ser adaptadas para abordar as questões da Agenda Pós-2015, conforme foi apontado por vários participantes.

Foram igualmente sugeridas outras instituições que já existem e que poderão ser usadas para discutir e implementar a Agenda Pós-2015 a nível local: igrejas, escolas, juntas de freguesia ou grupos de educação não-formal (como os escoteiros). Os participantes da sessão no Funchal sugeriram ainda reavivar sistemas comunitários tradicionais de gestão de recursos, como o sistema de gestão de água das "Levadas" na ilha da Madeira.

Os participantes sugeriram que estes exemplos devem ser tomados como boas práticas e se possível replicados. Juntamente com o reforço de estruturas de governo locais, foi sugerida a criação de um pelouro específico a nível municipal para abordar directamente as questões de desenvolvimento local e global e o trabalho das associações da sociedade civil, uma vez que são estas que estão mais próximas dos cidadãos e cidadãs e considerando que "as pessoas participam naquilo que conhecem e onde sentem que podem dar um contributo efectivo".

Outra sugestão repetida pelos participantes em vários workshops foi a necessidade de cruzar as políticas e indicadores da Agenda Pós-2015 com os de programas europeus ou nacionais e iniciativas já em curso que tenham sido concebidos para actuar em relação a temas semelhantes (como por exemplo a iniciativa comunitária EQUAL, destinada a combater todas as formas de discriminação e desigualdade no mercado de trabalho).

Outras plataformas e estruturas mencionadas como tendo potencial para ser melhoradas e utilizadas para a localização da Agenda incluem a 'Agenda 21 Local' (uma política introduzida em Portugal no âmbito da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de 2007, inspirada no documento final da Cimeira da Terra de 1992) e

estruturas como conselhos consultivos que podem incluir representantes de diferentes tipos de organizações de base local.

O papel desempenhado pelas escolas foi frequentemente sublinhado, uma vez que se considerou que a educação contribui para modificar comportamentos, tendo por isso um grande potencial na promoção do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, contribuindo para alcançar o sucesso na implementação da Agenda.

Esta ideia parte do princípio de que mudar atitudes e comportamentos para um objetivo específico pode resultar de um instrumento que se aprende na escola e que pode depois ser disseminado pelas crianças (estudantes) nas suas casas. Um exemplo dado várias vezes em diferentes workshops foi o das crianças que transmitem em casa o conhecimento adquirido na escola sobre a reciclagem, contribuindo para a consciencialização dos pais e alteração do comportamento destes.

Os participantes observaram ainda que ONG e organizações públicas como casas do povo e universidades seniores podem desempenhar um papel significativo na promoção destas questões junto de grupos tradicionalmente mais marginalizados.

Outras propostas apresentadas pelos participantes em termos de boas práticas para a implementação incluem a criação de estruturas para a co-gestão dos recursos naturais (por exemplo, gestão comunitária de recursos como a água), como forma de reforçar a aplicação da Agenda a nível local.

Estas propostas salientam a necessidade de se concentrar mais poder ao nível das bases com vista garantir o sucesso da Agenda, algo que pode ser feito através da criação de condições para o desenvolvimento de estruturas locais. Neste contexto, foi referido a título de exemplo que as cooperativas podem constituir um bom meio para capacitar comunidades e garantir a apropriação da Agenda por parte destas.

A necessidade de partilhar conhecimento e de utilizar novos meios para disseminar a informação foi também reconhecida como uma boa prática a implementar, bem como a necessidade de trabalhar em estruturas em rede e em parceria, especialmente a nível local.

CONCLUSÕES

Durante a consulta pública, os participantes consideraram o alcance universal da Agenda Pós-2015 como um aspecto muito positivo no sentido de fazer desta uma Agenda que trará mudanças efectivas ao adaptarem-se os objectivos da Agenda universal às realidades locais em cada país. No entanto, foi também sublinhado que se verificam baixos níveis de conhecimento, bem como dificuldades em compreender a linguagem usada nos debates sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Agenda Pós-2015. Por essa razão, o uso de uma **linguagem mais clara**, adequada aos diferentes públicos, foi sugerido, a fim de facilitar a promoção e a consciencialização sobre a Agenda Pós-2015.

Em relação às condições para o sucesso da Agenda Pós-2015, **a participação e inclusão** de todos e todas nas diferentes fases do processo – planeamento, implementação, monitorização e avaliação – foi alvo de grande ênfase, sendo referida a necessidade de estruturas adequadas que permitam essa participação. Os cidadãos e cidadãs devem ser activamente envolvidos nos processos de tomada de decisão, através do processo democrático, sendo para tal crucial a consciência cívica, conforme foi apontado ao longo da Consulta.

A questão da apropriação da Agenda por todas as pessoas foi também um ponto importante, sendo identificado como condição indispensável para o sucesso da mesma, o que requer a utilização de linguagem simples e a intervenção de canais como os media e as escolas para enviar a mensagem desejada, bem como de outros canais de comunicação que podem ajudar a criar uma cultura de cidadania, participação activa e responsabilidade partilhada.

A coerência das políticas foi apontada como outras das principais condições para uma implementação eficaz da Agenda Pós-2015. Cada Estado deverá garantir a consistência sistémica de todas as suas políticas e decisões políticas, para evitar que os efeitos positivos de uma política específica sejam neutralizados pelos efeitos negativos de outra. Para tal, será necessária uma forte vontade política, estruturas e **abordagens multi-escala** envolvendo as várias partes interessadas e mecanismos que assegurem a

transparência durante todo o processo, nomeadamente no que diz respeito ao financiamento.

Apesar do consenso generalizado de que o sucesso da Agenda depende do empenho de todos e todas, há alguns actores específicos cujos papéis mereceram particular destaque:

O papel dos **partidos políticos** e o seu maior envolvimento no processo de definição da implementação da Agenda, dos objectivos nacionais e dos meios de implementação para as acções definidas.

O papel dos **Estados e os governos nacionais** no sentido de assumir os objetivos de longo prazo da Agenda como prioridade para o desenvolvimento local, nacional, regional e global e o seu compromisso para a concretização com sucesso das metas dentro dos prazos que forem estabelecidos.

O papel das **Organizações da Sociedade Civil** ao acompanhar e monitorizar as acções dos Estados-Membros e contribuindo para a implementação da Agenda a nível local e global, enquanto estruturas independentes possuidoras de conhecimentos e competências necessários para os processos de formulação de políticas e enquanto instituições que representam os interesses dos cidadãos e cidadãs e que estão perto das suas realidades, tendo capacidade para mobilizar as pessoas no sentido de fazer a diferença.

O papel dos **parlamentos nacionais** para garantir que a Agenda global seja adequada às realidades nacionais e para fiscalizar a acção dos governos na implementação da Agenda.

O papel dos **municípios, juntas de freguesia, paróquias, "redes sociais"** e outras entidades representativas da sociedade, enquanto estruturas que estão próximas das pessoas, ajudando a definir e implementar a agenda local e criando as condições essenciais para essa implementação, em articulação com os níveis nacional e global.

O papel do **sector privado** na criação de riqueza tendo em conta a importância dos Direitos Humanos, dos recursos naturais e do ambiente e na promoção da

sustentabilidade económica para o desenvolvimento sem desconsiderar as dimensões ambiental e social do desenvolvimento, contribuindo assim para moldar hábitos de consumo sustentável.

O papel da **Academia** na definição de indicadores quantitativos e qualitativos do desenvolvimento sustentável que serão usados para medir o progresso e o impacto da Agenda.

ANEXOS

1. Programa do Evento Final
2. Lista de participantes inscritos – Evento Final
3. Guião/Documento de Trabalho para os Workshops
4. Listas de Participantes nos Workshops
5. Questionário (versão em Word). Os resultados detalhados do questionário podem ser consultados [online](#)